



**Extensio  
UFSC**

Revista Eletrônica  
de Extensão

## FORMAÇÃO CONTINUADA EM DIREITOS HUMANOS PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

**Sandor Fernando Bringmann**

Universidade Federal de Santa Catarina  
sandor.bringmann@ufsc.br

**Clarissa Franzoi Dri**

Universidade Federal de Santa Catarina  
clarissa.dri@ufsc.br

**Jean Marie Alexandre Farines**

Universidade Federal de Santa Catarina  
j.m.farines@ufsc.br

**Sabrina Schultz**

Universidade Federal de Santa Catarina  
sabrinaschultz@sed.sc.gov.br

**Daniel Ricardo Castelan**

Universidade Federal de Santa Catarina  
daniel.castelan@ufsc.br

**Luana Renostro Heinen**

Universidade Federal de Santa Catarina  
luana.heinen@ufsc.br

### Resumo

O presente texto discorre sobre a organização, desenvolvimento e resultados do projeto de extensão intitulado “Curso de extensão em Direitos Humanos para professores da rede pública de educação básica de Florianópolis e região”, que vem sendo desenvolvido desde 2019. O projeto tem por objetivo central a organização de cursos de formação continuada para docentes da educação básica pública do município de Florianópolis e região metropolitana. O curso foi iniciado de forma presencial no início de 2020, com uma etapa de formação sendo realizada em uma Escola Estadual. Com o advento da pandemia de Covid-19, as atividades do projeto precisaram ser adaptadas para o formato remoto, com a organização de ciclos de debates virtuais sobre direitos humanos ao longo de 2020 e 2021 e de um curso online em 2021. Neste período, o curso contribuiu para a capacitação de centenas de profissionais da educação básica, no âmbito dos Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Educação; Direitos Humanos; Formação Continuada; Educação Básica.

## CONTINUING TRAINING IN HUMAN RIGHTS FOR TEACHERS OF THE PUBLIC BASIC EDUCATION NETWORK

### Abstract

This article explains the building up of the outreach project “Human Rights Course to basic education teachers in the area of Florianópolis”, which has been organized since 2019 by the Working Group on Education and Human Rights of the Memory and Human Rights Institute (IMDH/UFSC). The project aims to provide continued formation for teachers based on the Human Rights Education National Plan (2007) and the Education in Human Rights National Guidelines (2013). The Course started in 2020, with an on-site workshop at the Jacob Anderle School. After the Covid-19 pandemics, online activities were organized such as debates on human rights via Youtube in 2020 and 2021 and a virtual course in 2021. During this period, the course contributed to the training of hundreds of basic education professionals, in the scope of Human Rights.

**Keywords:** Education; Human Rights; Continuing Training; Basic Education.

## FORMACIÓN CONTINUA EN DERECHOS HUMANOS PARA DOCENTES DE LA RED PÚBLICA DE EDUCACIÓN BÁSICA

### Resumen

El presente texto discute la organización, desarrollo y resultados del proyecto de extensión titulado “Curso de extensión en Derechos Humanos para docentes de la red pública de educación básica de Florianópolis y región”, que se desarrolla desde 2019. la organización de cursos de educación continua para públicos profesores de educación básica de la ciudad de Florianópolis y región metropolitana. El curso arrancó de forma presencial a principios de 2020, realizándose una etapa formativa en una Escuela Pública. Con la llegada de la pandemia de Covid-19, las actividades del proyecto tuvieron que adaptarse a un formato remoto, con la organización de ciclos de debates virtuales sobre derechos humanos a lo largo de 2020 y 2021 y un curso en línea en 2021. El curso contribuyó a la formación. de cientos de profesionales de la educación básica en el campo de los derechos humanos.

**Palabras Clave:** Educación; Derechos Humanos; Formación Continua; Educación Básica.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Extensio: R. Eletr. de Extensão, ISSN 1807-0221 Florianópolis, v. 20, n. 45, p. 10-22, 2023.

## INTRODUÇÃO

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948, diversas ações governamentais e não governamentais contribuíram para a promoção e efetivação dos direitos humanos nos países signatários da declaração. Contudo, mesmo com a garantia de um conjunto de direitos individuais e coletivos, disseminam-se ao redor do mundo, inclusive no Brasil, violações explícitas aos princípios da DUDH, as quais contribuem para a manutenção de uma estrutura de injustiças sociais, de discriminações étnico raciais, de gênero e de classe, entre outras formas de violação dos direitos humanos.

Na perspectiva aqui adotada, a educação - em especial a educação voltada para a promoção dos direitos humanos - por seu caráter crítico e transformador de valores, atitudes, relações e práticas sociais e institucionais (ZENAIDE, 2004), é compreendida como componente fundamental no enfrentamento das contradições e na promoção da cidadania e da democracia. A educação em direitos humanos, conforme explica Vera Candau:

...potencializa uma atitude questionadora, desvela a necessidade de introduzir mudanças [...] gera a tensão entre falar e calar sobre a própria história pessoal e coletiva como necessidade de trabalhar a capacidade de recuperar a narrativa das nossas histórias na ótica dos direitos humanos [...] afirma a tensão entre atomização e integração de temas como questões de gênero, meio ambiente, questões étnicas, diversidade cultural, etc. (CANDAU, 1998, apud ZENAIDE, 2004, p. 354).

Compreendendo o potencial crítico e transformador da educação em direitos humanos, apresentar-se-á neste texto algumas ações de formação em direitos humanos desenvolvidas através do projeto de extensão intitulado “Curso de extensão em Direitos Humanos para professores da rede pública de educação básica de Florianópolis e região”. O projeto em questão foi concebido pelo Grupo de Trabalho Educação e Direitos Humanos, vinculado ao Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH/UFSC). O projeto tem por objetivo central a organização de cursos de formação continuada para docentes da educação básica pública do município de Florianópolis e região metropolitana, tendo como referências o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007) e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2013).

Antes de discorrer sobre as atividades desenvolvidas no projeto de extensão, é necessário contextualizar sua existência como parte de um projeto mais amplo: o Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IMDH/UFSC). O IMDH foi criado de maneira oficial em 02 de março de 2020, vinculado ao Centro de

Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da UFSC. Sua finalidade é organizar uma memória sobre direitos humanos no Brasil, disponibilizar seu conteúdo através de atividades de ensino, pesquisa e extensão e recolher informações sobre violações de direitos humanos, contribuindo assim para a proteção e a promoção dos mesmos. Embora a data de 02/03/2020 registre a oficialidade de sua existência no âmbito da UFSC, as atividades deste instituto são realizadas há mais tempo, pelo menos desde 2017, quando, através da Portaria nº 2827/2017/GR, criou-se uma comissão para organizar e disponibilizar um acervo sobre direitos humanos, resgatando a memória sobre as violações dos mesmos no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985), reunindo inicialmente a documentação da Comissão Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC) e todo o acervo existente no Memorial de Direitos Humanos (MDH), sob custódia do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO-CFH-UFSC).<sup>1</sup>

Mesmo vinculado administrativamente à UFSC, pode-se dizer que o IMDH possui um caráter interinstitucional, pois estabelece parcerias com diversas instituições. Algumas destas parcerias são estabelecidas de maneira oficial, como no caso da parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com a qual foi firmado em junho de 2021 um acordo de cooperação técnica (Acordo de Cooperação Técnica 2021/0057), com vigência de cinco anos, para permitir e incentivar a cooperação técnico-científica e administrativa entre as duas universidades, para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos direitos humanos. Algumas parcerias firmadas remetem mais especificamente às ações de formação continuada de professores e professoras da educação básica, promovidas pela equipe do Grupo de Trabalho Educação e Direitos Humanos, como é o caso das parcerias com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED-SC), com a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (SME-PMF) e com Laboratório de Ensino de Filosofia e Sociologia (LEFIS-UFSC).

O GT Educação e Direitos Humanos é um dos GTs organizados pela diretoria executiva do IMDH para tratar da diversidade de atividades desenvolvidas pelo Instituto.<sup>2</sup> Este GT é composto por docentes da UFSC e UDESC, estudantes de graduação e pós-graduação, professores do sistema estadual de ensino de Santa Catarina e de outras

---

1 Para maiores informações sobre o IMDH-UFSC, consultar a página do Instituto no endereço: <https://imdh.ufsc.br/>

2 O IMDH possui, além do **GT Educação**, outros três GTs: **GT Observatório dos Direitos Humanos**, criado para recolher informações de violações de Direitos Humanos e contribuir para a proteção e a promoção dos mesmos; **GT Acervo**, que tem como propósito armazenar e disponibilizar de forma digital a documentação e os depoimentos recolhidos pela *Comissão Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC)* e **GT Memória, Verdade e Justiça**, que busca contribuir com iniciativas locais e nacionais pelo resgate da memória do período ditatorial no Brasil. Maiores informações em: <https://imdh.ufsc.br/>

entidades de educação, membros integrantes de movimentos sociais, entre outros. O objetivo principal da organização deste GT é fomentar atividades permanentes de educação em direitos humanos, atendendo aos princípios orientadores e fomentadores estabelecidos no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que propõe uma mobilização das instituições, “imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade” (BRASIL, 2007, p. 24).

Consideramos que o contexto escolar é propício para as discussões acerca dos direitos humanos. Por isso mesmo, o GT vem realizando reuniões de trabalho e discussões desde 2019, com o objetivo de organizar propostas de formação continuada para docentes da educação básica, que tanto resgatem a história da violação de direitos humanos no Brasil, com destaque para período da Ditadura Civil Militar, quanto reflitam sobre a ocorrência de violações de direitos humanos na atualidade, promovidas tanto pelo Estado quanto por particulares. Deste modo, o GT busca contribuir para o cumprimento das Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (2013), ao compartilhar da compreensão de que:

Toda ação educativa com enfoque nos direitos humanos deve conscientizar acerca da realidade, identificar as causas dos problemas, procurar modificar atitudes e valores e trabalhar para mudar as situações de conflito e de violações dos direitos humanos, trazendo como marca a solidariedade e o compromisso com a vida (BRASIL, 2013, p. 34).

O trabalho com professores e professoras da educação básica justifica-se pela experiência dos(as) mesmos(as) no trabalho com estudantes crianças e adolescentes e pelo seu conhecimento dos potenciais e das dificuldades da abordagem desse tema nas comunidades escolares em que atuam. São compreendidos(as) também como agentes sociais capazes de criar condições para a produção e multiplicação de conhecimentos em sala de aula que possibilitam o desenvolvimento de uma conscientização sobre a importância da defesa e promoção dos direitos humanos.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Conforme exposto, os planejamentos para a elaboração dos cursos de formação docente foram iniciados no ano de 2019, quando a equipe conversou com a direção de três escolas da rede estadual de educação de Santa Catarina - EEB Simão Hess, EEB Jacob

Anderle e EEB América Dutra Machado, todas do município de Florianópolis - além de estabelecer um diálogo com a coordenação da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Cabe salientar que o GT sempre buscou ouvir as demandas relacionadas ao tema dos direitos humanos que as direções e coordenações das redes consideravam prioritárias para as formações. Este diálogo possibilitou perceber que temas como violência institucional, violência de gênero e racismo surgem como principais problemáticas enfrentadas pelas escolas cotidianamente.

Em fevereiro de 2020, a equipe esteve na Escola Estadual Jacob Anderle, em Florianópolis, ministrando uma oficina sobre gênero, a partir de demanda apresentada pela direção da escola. Foram convidados dois especialistas para essa intervenção: uma professora do curso de Direito da UFSC e um psicólogo da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade da UFSC. A oficina teve duração de quatro horas. Na primeira parte, foram trabalhados os conceitos básicos de direitos humanos, ética no sistema educacional e as formas de assédio como violência e ofensa a direitos fundamentais. Na segunda parte, foram explicados os estereótipos de gênero, os tipos de violência e suas consequências psicológicas. Cerca de 30 professores de diferentes disciplinas estiveram no auditório da escola para essa oficina e apresentaram grande interesse no tema e diversas perguntas ao final das falas. Esse trabalho seria continuado pelos professores e professoras em suas turmas, através do desenvolvimento de projetos interdisciplinares no tema gênero.

Com o advento da pandemia de Covid-19 em março de 2020, as atividades presenciais na UFSC foram interrompidas em todos os centros e departamentos, assim como nas escolas estaduais, municipais e privadas. Por conta da situação pandêmica, foi necessário repensar o formato e as metodologias utilizadas para a formação docente. Através de reuniões virtuais ao longo do primeiro semestre de 2020, o GT estruturou ações que possibilitassem a continuidade do projeto de formação, adaptadas ao formato virtual. Surge assim a ideia da realização de ciclos de debates virtuais, abertos ao público em geral. Deste modo, foram organizados entre junho e dezembro de 2020, dois ciclos de debates virtuais intitulados **Conversas sobre Direitos Humanos** (ciclo 1 e ciclo 2).

No primeiro ciclo, realizado entre junho e julho de 2020, foram convidados(as) especialistas de diversas áreas do conhecimento, que apresentaram e debateram vários temas relacionados aos direitos humanos, alguns deles problematizando o próprio contexto pandêmico vigente no mundo. Neste primeiro ciclo, foram realizadas 6 apresentações, intituladas: *Do presente ao passado: a anistia no Brasil; Migrações e refugiados em tempos de pandemia;*

*Pandemia e violações de direitos humanos nas prisões; Direitos humanos e questões de gênero; Pobreza e distribuição de renda no Brasil; Lutas por direitos humanos em tempos de pandemia.*<sup>3</sup>

O segundo ciclo de debates **Conversas sobre Direitos Humanos** ocorreu de agosto a dezembro de 2020 e contou com uma diversidade de palestrantes, oriundos de instituições de ensino superior e da educação básica, integrantes de movimentos sociais e lideranças indígenas, que, em 9 apresentações, trouxeram reflexões e debateram temas de grande relevância para a sociedade, como: *Segurança pública e direitos humanos; Direitos humanos e educação das pessoas com deficiência no Brasil atual; A política de desaparecimento: da ditadura ao Brasil atual; O Acervo Memória e Direitos Humanos - organização, implementação e relevância; Direitos das crianças e adolescentes e os paradoxos entre as conquistas legais e a realidade social; Direitos humanos e a pessoa surda; O direito à água como um direito humano; Invisibilidade do negro no sul do Brasil; Populações Indígenas em SC no contexto da Covid-19: sujeitos, estado e direitos.*

As apresentações dos ciclos virtuais foram transmitidas pela plataforma *StreamYard* no *YouTube* e foram sempre mediadas por um integrante do IMDH. Neste formato, pode-se abrir para a participação do público geral, além de professores e professoras da educação básica. Com duração média entre 1h e 1h30min a dinâmica escolhida para os ciclos, (uma apresentação da temática em um tempo de 30 a 40 minutos e um espaço para comentários e perguntas), tornou possível uma interação entre o público assistente e os palestrantes, o que permitiu um espaço profícuo de construção do conhecimento sobre as temáticas debatidas, especialmente aquelas que envolviam direta ou indiretamente a pandemia.

A pandemia de Covid-19 trouxe elementos de extrema relevância e preocupação ao longo dos debates nos ciclos. Com base nisso, no início de 2021 decidiu incluir nas reuniões do GT discussões sobre como a pandemia estava afetando as vidas dos(as) profissionais da educação e dos(as) próprios(as) estudantes das redes de educação básica em Santa Catarina, mais especificamente na Grande Florianópolis. O contexto de então apontava para o recrudescimento dos casos de contaminação e mortes em todo o Brasil. Apesar disso, as redes de educação públicas e privadas adotaram o formato presencial em suas escolas, inicialmente de forma híbrida e, de maneira gradual, aumentando o número de estudantes nas salas de aula presenciais. A volta ao formato presencial em um contexto de insegurança sanitária, de sobrecarga da jornada de trabalho e de casos de contaminação

---

<sup>3</sup> Todas as apresentações estão disponíveis no canal do IMDH no YouTube e podem ser acessadas através do link: <https://www.youtube.com/c/IMDHIstitutoMem%C3%B3riaeDireitosHumanos>. Nas legendas dos vídeos constam os temas e os palestrantes convidados para as apresentações.

pessoal ou de familiares, ocasionou grandes impactos para a vida pessoal e profissional dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Em razão desta situação, o GT Educação decidiu organizar um novo ciclo virtual para debater a questão, focando especialmente nas condições de saúde e de trabalho docente na pandemia. Deste modo, no mês de abril de 2021, realizou-se o 3º Ciclo Virtual de Debates do IMDH, intitulado **Educação em Santa Catarina em tempos de pandemia**. Neste novo ciclo, de 3 apresentações, foram debatidos os seguintes temas: *Saúde e formação docente; Desafios e perspectivas na educação de jovens e adultos; Reflexões sobre o momento atual*. Para trazer um panorama do que ocorria no contexto das escolas, foram convidados(as) professores(as) das redes municipal e estadual de educação, que fizeram importantes registros sobre os impactos da pandemia no cotidiano escolar, tratando das condições de saúde de docentes, funcionários(as) e estudantes, além de trazer dados fundamentais sobre o processo de evasão escolar vivenciado durante o período.

O bom desenvolvimento dos ciclos de debates entre 2020 e 2021, tornou possível amadurecer no âmbito do GT Educação a proposta original de formação continuada para docentes da educação básica, no formato remoto.<sup>4</sup> Foram então organizadas diversas reuniões a partir de junho de 2021 para escolher temas, elaborar estratégias, convidar palestrantes, organizar as plataformas de inscrição e transmissão, além de fazer a divulgação entre as instituições parceiras. Deste modo, foi organizado entre 12 de agosto e 04 de novembro de 2021, o **Curso de Formação em Memória e Direitos Humanos do IMDH**, tendo como público-alvo prioritário, professoras(es) da rede pública de educação básica de Santa Catarina.

Cientes de que toda ação educativa com enfoque nos direitos humanos deve conscientizar acerca da realidade, identificar as causas dos problemas, procurar modificar atitudes e valores e trabalhar para mudar as situações de conflito e violações dos direitos humanos (BRASIL, 2013, p. 34), o **Curso de Formação em Memória e Direitos Humanos do IMDH** foi construído de forma virtual e gratuita, sendo pensado como um instrumento para contribuir com a capacitação de professores e professoras, conscientizando-os(as) a se tornarem multiplicadores(as), em sala de aula, de conceitos e

---

4 Utilizamos a expressão “formato remoto” para designar o curso ao invés de denominá-lo “EaD”, pois compreendemos que esta última modalidade se utiliza de estratégias e metodologias específicas, para as quais não tivemos formação técnica e didática que possibilitasse o cumprimento dos requisitos. Todavia, isso não significa dizer que houve menos preocupação em relação à qualidade do curso, em termos de conteúdo e interação com os cursistas. Os resultados apresentados ao final deste artigo trazem mais elementos para avaliar a questão.

temas vinculados à defesa dos direitos humanos. Para isso, os temas de cada aula do curso foram escolhidos com cuidado e com atenção às demandas trazidas pelas instituições.

O curso teve uma grande quantidade de inscrições - mais de 400 - o que exigiu uma seleção, já que nem todos os inscritos faziam parte do grupo prioritário. Neste sentido, após a seleção prévia, restaram 180 inscritos(as) que, embora não fossem todos(as) professores(as) da educação básica, possuíam algum tipo de aderência aos objetivos do curso, como estudantes de licenciaturas e pós-graduandos(as) em áreas vinculadas à educação. Com relação à estrutura, por se tratar de um curso virtual, foi organizado a partir de atividades síncronas e assíncronas, que ocorreram quinzenalmente a partir do dia 12 de agosto de 2021. Os encontros síncronos foram realizados nas quintas-feiras, entre 18h30min e 20h30min, pela plataforma RNP, com a seguinte dinâmica: na primeira hora, os(as) convidados(as) realizaram uma exposição inicial de apresentação e problematização do tema. A partir da segunda hora, abria-se para o debate entre cursistas e professores(as), que puderam fazer comentários e perguntas. No total foram 7 encontros síncronos, que ocorreram entre 12 de agosto e 04 de novembro de 2021. Os temas trabalhados foram os seguintes:

- a **Aula Introdutória:** realizada por integrantes do GT, professoras Luana Renostro Heinen e Sabrina Schultz e professor Daniel Castelan, que trouxeram informações sobre a organização e estruturação do curso, juntamente com o psicólogo educacional da UFSC (Campus de Curitibanos), Lucas Emanuel da Silveira, que conduziu um diálogo com os cursistas sobre as significações e interpretações dos direitos humanos, bem como suas implicações na vida de cada um.
- b **Aula 2 - Violência e repressão política durante a Ditadura:** esta aula tratou de algumas violações de direitos humanos perpetradas por organismos do governo durante o regime civil militar no Brasil (1964-1985). Contou com a participação da professora Mariana Jofilly (UDESC e IMDH), historiadora e pesquisadora do regime militar e de Maria Amélia de Almeida Telles, mais conhecida como Amelinha Telles, diretora da União de Mulheres de São Paulo, coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares e integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Amelinha foi militante do Partido Comunista do Brasil e, por isso, presa e torturada por militares da Operação Bandeirantes em 1972.

- c **Aula 3 - Violência e Sociedade Brasileira:** para esta aula, que tratou da temática da violência estrutural e institucional no Brasil, foram ministrantes a antropóloga Flávia Medeiros Santos, professora do Departamento de Antropologia da UFSC e especialista nos temas violência policial e segurança pública, e José Lucas Mussi, advogado, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB e da Coordenação Nacional do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).
- d **Aula 4 - História, desenvolvimento e atualidade do movimento negro brasileiro:** a história do movimento negro e suas ações na luta no combate à discriminação foi tema da aula ministrada por Vanda de Oliveira Gomes, integrante do Movimento Negro Unificado (MNU-SC), que trouxe reflexões sobre sua trajetória de mais de 30 anos no Movimento Negro e as lutas contra o racismo estrutural e institucional.
- e **Aula 5 - História, desenvolvimento e atualidade de povos indígenas no Brasil:** com o objetivo de tratar da temática indígena brasileira a partir da visão dos seus protagonistas, esta aula foi proferida por duas lideranças políticas e intelectuais indígenas: Jozileia Daniza, do povo Kaingang, doutoranda em Antropologia Social na UFSC, militante indigenista e co-vereadora pela Coletiva Bem Viver – PSOL em Florianópolis e Daniel Munduruku, educador e escritor do povo Munduruku do Pará, doutor em Educação pela USP e ativista do movimento indígena brasileiro. Nesta aula, buscou-se evidenciar a trajetória de lutas e conquistas sociais do movimento indígena brasileiro, em especial da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), da qual ambos são membros integrantes.
- f **Aula 6 - Gênero, diversidade e emoções: ontem e hoje:** Esta aula contou com a participação de Cristina Scheibe Wolff, professora do Departamento de História da UFSC e integrante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG-UFSC) e Kelly Vieira Meira, mulher trans, militante feminista e cientista social integrante da Associação Estrela Guia em prol da cidadania e dos direitos sexuais. As professoras debateram os temas relacionados à causa feminista, de gênero e dos direitos humanos, problematizando estas questões no atual cenário brasileiro.
- g **Aula 7 - Memória e práticas de resistência:** Nesta aula, Joana D’Arc Fernandes Ferraz, professora de Sociologia da UFF e Sérgio Adriano, artista visual e mestre em Filosofia, evidenciaram as tentativas de silenciamento de memórias em prol de

uma memória oficial no Brasil e na América Latina e ainda o papel da arte e da cultura no panorama sócio político contemporâneo no Brasil.<sup>5</sup>

Após a realização das aulas, os cursistas tiveram que elaborar uma atividade final, que seria uma proposta de ensino em direitos humanos para a Educação Básica. Este era um requisito final para garantir o certificado de 40 horas do curso. Como esperado pela equipe do GT, houve uma evasão grande no número de participantes inscritos no curso. Dos 180 inscritos, menos de 100 participaram da primeira aula. As motivações para as desistências podem estar relacionadas a diversos fatores, como a grande carga de trabalho nas escolas, no caso de professores(as) e, no caso de estudantes, a dificuldade de conciliar o curso com as atividades acadêmicas. Deste modo, restaram ao final cerca de 40 cursistas e destes, 32 enviaram a atividade avaliativa.

## RESULTADOS E ANÁLISES

Discorrer sobre os resultados das atividades realizadas, sob a ótica de proponentes, como no nosso caso, é tarefa difícil. Temos consciência das limitações que o formato remoto impôs e ainda impõe às atividades educativas e formativas, por conta de questões técnicas e operacionais, mas sobretudo pela sensação de distanciamento e pela dificuldade no estabelecimento de relações interpessoais que o formato presencial permite. Todavia, temos convicção de que o projeto de extensão aqui apresentado proporcionou um ambiente de debates sobre questões que raramente alcançam espaço nos currículos da educação básica, mesmo a escola sendo um “local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania...” (BRASIL, 2007, p. 31).

Do mesmo modo, acreditamos ter contribuído para promover a formação inicial e continuada de todos(as) que participaram dos ciclos virtuais de debates e dos(as) cursistas que frequentaram o **Curso de Formação em Memória e Direitos Humanos**, especialmente daqueles(as) que ainda são estudantes de cursos de licenciatura e dos(as) que já são educadores(as), que buscam ampliar seus conhecimentos sobre a temática dos direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção e promoção, trazendo

---

5 Todas as aulas referentes ao curso estão disponíveis na página do IMDH no YouTube. <https://www.youtube.com/c/IMDHIstitutoMem%C3%B3riaeDireitosHumanos>

isso para suas vidas pessoais, e também para suas práticas pedagógicas nas instituições em que atuam.

A respeito **Curso de Formação em Memória e Direitos Humanos**, acreditamos que mais importante que nossa opinião é a opinião dos(as) próprios(as) cursistas, que puderam também trazer suas impressões sobre as atividades desenvolvidas por meio de um formulário. Este formulário foi criado pela plataforma *Google Forms* e encaminhado para os(as) cursistas com o objetivo de fazermos um balanço e uma avaliação do curso. No formulário, de caráter anônimo, os(as) cursistas eram convidados(as) a responderem as seguintes questões: pontos positivos, pontos negativos e sugestões para os próximos cursos ou atividades do IMDH. Recebemos o retorno de 28 formulários.

No tocante aos pontos negativos, a ampla maioria dos formulários respondidos aponta para a inexistência dos mesmos. Alguns pontos, porém, foram explicitados e achamos justo compartilhar neste momento, como o pouco tempo para o debate após as falas dos convidados, o fato de o curso ser feito em formato remoto, a plataforma utilizada para as aulas (Moodle), que causa certo estranhamento para quem não está acostumado com este tipo de ferramenta. Estas percepções são muito importantes, pois contribuem para que possamos repensar as metodologias e instrumentos a serem utilizados nas próximas atividades.

Quanto aos pontos positivos, os destaques ressaltados referem-se à diversidade de temas relacionados aos direitos humanos e às interconexões estabelecidas entre eles, a heterogeneidade dos(as) ministrantes, que contribuiu para que os debates partissem de diferentes lugares de fala e de experiências que possibilitaram a aliança entre a teoria e a prática no campo dos direitos humanos, a disponibilização de materiais em vídeo e impressos para os(as) cursistas, o que facilitou a melhor compreensão dos temas debatidos em cada aula. Trazer a temática dos direitos humanos em toda a sua amplitude para os debates acadêmicos e escolares demonstra a urgência de que tenhamos mais espaços formativos como este não apenas nas universidades, mas nas escolas, nos sindicatos, nas associações comunitárias, nos assentamentos, nos espaços políticos, entre outros locais em que a discussão sobre os direitos humanos deveria ser estabelecida de maneira comprometida.

Por último, no quesito sugestões, foram propostos novos temas e a ampliação das discussões de alguns dos assuntos tratados no curso, como por exemplo: aprofundar as discussões sobre a temática das relações étnico-raciais, especialmente sobre os direitos indígenas e das populações afrodescendentes, com destaque para os povos quilombolas;

ampliar as discussões sobre os lugares de memória, refletindo sobre a patrimonialização de espaços e monumentos que remetam à violações de direitos humanos no Brasil; estabelecer uma discussão sobre os direitos fundamentais para não humanos, como os direitos dos animais, dos rios, da natureza, de modo geral; tratar sobre a temática dos direitos dos refugiados e imigrantes, em especial dos casos de discriminação, xenofobia e racismo ocorridos em território catarinense.

As respostas aos formulários foram muito importantes, pois permitiram à equipe do GT Educação compreender ainda mais a necessidade urgente de ações educativas no campo dos direitos humanos. Do mesmo modo, as mesmas respostas geraram problemáticas que permitirão a constituição de novas estratégias para sanar as dificuldades encontradas nesta primeira versão, como a ampliação de temas, os tempos de fala e o próprio formato. Além disso, no aspecto formativo, percebeu o quanto a diversidade de temas relativos aos direitos humanos foi assimilada pelos cursistas, especialmente aqueles 32 que encaminharam as atividades avaliativas. Embora o curso não tivesse como objetivo central indicar conteúdos e metodologias a serem aplicados nas escolas, a grande maioria das atividades apresentou planejamentos de aulas sobre direitos humanos, cujos temas dialogavam diretamente com as aulas ministradas no curso. Muitos destes planos, inclusive, foram aplicados nas escolas de atuação de alguns cursistas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Qualquer curso ou atividade formativa sobre direitos humanos voltada para professores e professoras da educação básica precisa ter como finalidade principal a promoção de ações educativas que contribuam para o debate central da ideia de que para uma sociedade justa e democrática, é necessário fomentar uma cultura de respeito ao outro. Neste sentido, temos a convicção que o trabalho é longo e dependente de ações coletivas e engajadas, pois, como se refere Beatriz Teixeira: “Educação em direitos humanos, assim como a educação para a democracia, não é algo que se aprende hoje para fazer amanhã. É processo que forma, na vivência, um indivíduo que em momento algum perde a noção de que é um cidadão” (TEIXEIRA, 2011, p. 150).

Desse modo, temos clareza que é necessário ampliar as ações coletivas em prol de construir outras atividades de formação e capacitação docente no campo dos direitos humanos. Para isso, já estão sendo organizadas novas reuniões do GT para a organização de outros cursos. A perspectiva é que os próximos cursos sejam realizados com um público

menor, constituído ainda por professores e professoras da educação básica pública de Florianópolis e região. Uma das reivindicações principais presentes nos formulários, a de que o curso ocorra de forma presencial, será colocado em prática. Todavia, a equipe do GT compreende que, mesmo com as limitações técnicas e/ou didáticas do formato remoto, este possibilitou alcançar dimensões que o formato presencial não permitiria, como a participação de cursistas e professores(as) formadores(as) oriundos(as) de diversas regiões de Santa Catarina e do Brasil. Com as devidas adequações, acreditamos na configuração de um curso de formação em direitos humanos na modalidade EaD, que associe a qualidade das falas e dos debates com a metodologia adequada a este tipo de formato.

Concluimos este texto cientes da responsabilidade social do projeto e das dificuldades de execução do mesmo no atual contexto de ataques aos direitos humanos no Brasil e no mundo, mas também convictos de que através de suas ações, o IMDH-UFSC, em especial o GT Educação, pode contribuir para o processo de sensibilização e formação de consciência crítica de professores e professoras da educação básica, para que os(as) mesmos(as) compreendam-se também como sujeitos promotores e defensores dos direitos humanos e mobilizadores de ações em prol dos mesmos nas suas comunidades escolares.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Brasília, 2013.

TEIXEIRA, Beatriz de Basto. Escolas para os Direitos Humanos e a Democracia. In: SCHILLING, Flávia (org). **Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **A educação em direitos humanos**. In: TOSI, Giuseppe (org). **Direitos Humanos: história, teoria e prática**. João Pessoa: UFPB, 2004.

Recebido em: 27/05/2022

Aceito em: 24/04/2023